

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Pará – IGEPPS

1. OBJETIVOS

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) se compromete com a proteção da privacidade e dos dados pessoais, através da adoção de práticas transparentes, seguras e alinhadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018) no desenvolvimento de suas atividades.

A presente Política, portanto, tem como finalidade promover uma cultura alinhada à privacidade e à proteção dos dados pessoais, por meio da conscientização de seus servidores e da transparência nas atividades que envolvem dados pessoais, de modo que os titulares sejam informados acerca da forma e finalidade dos tratamentos realizados.

Nesses termos, a Política objetiva prevenir desconformidades e possíveis incidentes de segurança envolvendo dados pessoais na Autarquia, além de informar os titulares, que são servidores, terceiros e beneficiários do Regime de Previdência Estadual e dos fundos de previdência do Estado do Pará acerca dos seus direitos.

2. ABRANGÊNCIA E APLICABILIDADE

A Política se aplica a todas as operações de tratamento de dados pessoais realizadas pelo IGEPPS no desenvolvimento de suas atividades e processos internos, bem como à totalidade dos recursos humanos da Autarquia. Destaca-se que, dentro do seu escopo de aplicação, a Política possui observância compulsória.

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- **Agentes de Tratamento:** o controlador e o operador (art. 5º, IX, LGPD).
- **ANPD:** Autoridade Nacional de Proteção de Dados (art. 5º, XIX, LGPD).
- **Controlador:** quem toma decisões sobre o tratamento (art. 5º, VI, LGPD).
- **Dado Pessoal:** informação que identifica ou torna identificável uma pessoa (art. 5º, I, LGPD).
- **Dado Pessoal Sensível:** origem racial, convicção religiosa, política, saúde, vida sexual, genético ou biométrico (art. 5º, II, LGPD).
- **DPO (Encarregado):** canal entre o IGEPPS, titulares e ANPD – contato: dpo@igepps.pa.gov.br

- **Operador:** realiza o tratamento dos dados em nome do controlador (art. 5º, VII, LGPD).
- **Titular dos dados:** pessoa natural a quem os dados se referem (art. 5º, V, LGPD).
- **Tratamento de Dados:** qualquer operação com dados pessoais (art. 5º, X, LGPD).

4. RESPONSABILIDADE

O IGEPPS é responsável pela segurança dos dados pessoais, e seus servidores e terceiros devem tratá-los de forma a proteger os direitos dos titulares, respeitando esta Política e os instrumentos do Sistema de Privacidade e Proteção de Dados da Autarquia.

5. PRINCÍPIOS

O tratamento dos dados pessoais observará os seguintes princípios:

- a) Legalidade, finalidade e boa-fé
- b) Adequação e necessidade
- c) Livre acesso, qualidade dos dados e transparência
- d) Não discriminação
- e) Segurança e prevenção
- f) Responsabilização e prestação de contas

6. COLETA DE DADOS PESSOAIS

Coletamos dados pessoais dos usuários de nossas plataformas com o objetivo de proporcionar uma experiência otimizada e personalizada. Os tipos de dados pessoais que podem ser coletados incluem:

- Dados de identificação (nome, CPF, e-mail, telefone).
- Dados de navegação (endereço de IP, localização, dados de cookies, histórico de navegação).

Esses dados são coletados de duas formas:

- **Coleta ativa:** Quando o titular fornece diretamente as informações, por exemplo, ao preencher formulários ou fazer login.
- **Coleta passiva:** Através do uso de tecnologias como cookies ou pixels de rastreamento.

7. FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS

Os dados pessoais coletados são utilizados para as seguintes finalidades:

- **Fornecimento de serviços:** Prover os serviços solicitados pelos usuários.
- **Melhoria da experiência do usuário:** Personalizar conteúdo e anúncios, otimizar o funcionamento dos sites e aplicações.
- **Cumprimento de obrigações legais e regulatórias:** Como obrigações fiscais, trabalhistas, entre outras.
- **Comunicados e marketing:** Com o consentimento explícito, para o envio de informações relevantes sobre os serviços prestados pelo IGEPPS.

8. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais pelo IGEPPS se baseia em uma ou mais das seguintes bases legais, conforme o Art. 7º da LGPD:

- **Consentimento:** Quando o titular autoriza o tratamento de seus dados para finalidades específicas.
- **Execução de contrato:** Para cumprir obrigações contratuais com o titular.
- **Cumprimento de obrigação legal ou regulatória:** Quando necessário para atender às normas legais.
- **Legítimo interesse:** Quando o tratamento é necessário para atender aos interesses legítimos do IGEPPS, exceto quando esses interesses sejam sobrepostos pelos direitos e liberdades fundamentais do titular.

9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais coletados poderão ser compartilhados com terceiros quando necessário para cumprir com as finalidades do tratamento, incluindo prestadores de serviços, autoridades públicas ou parceiros do IGEPPS. Em todos os casos, o compartilhamento será feito de acordo com as normas de proteção de dados e com base em contratos que garantam o cumprimento da LGPD.

9.1 Medidas de Segurança

O IGEPPS adota medidas técnicas e administrativas para garantir a segurança dos dados pessoais e evitar acessos não autorizados, alteração, divulgação ou destruição. Entre as medidas implementadas estão:

- **Criptografia** de dados sensíveis.
- **Controle de acesso** a informações, limitando o acesso apenas a pessoal autorizado.
- **Treinamento contínuo** dos colaboradores sobre as práticas de segurança e privacidade de dados.

Essas medidas são revisadas periodicamente para garantir a eficácia no atendimento aos requisitos de segurança.

10. NORMAS GERAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS

10.1. Confidencialidade

O acesso aos dados é restrito conforme a necessidade, garantindo sigilo e segurança.

10.2. Privacy by Design

A proteção da privacidade é considerada desde a concepção dos processos e sistemas.

10.3. Proteção dos Dados

Inclui políticas internas, capacitação contínua, infraestrutura segura e equipe qualificada.

10.4. Retenção, Armazenamento e Eliminação

Os dados são mantidos pelo tempo necessário à finalidade legal e eliminados ou anonimizados após esse prazo.

10.5. Direitos dos Titulares

Em conformidade com a LGPD, os titulares dos dados têm os seguintes direitos, que podem ser exercidos a qualquer momento:

- **Acesso:** Solicitar a confirmação de que seus dados estão sendo tratados.
- **Correção:** Solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- **Exclusão ou Anonimização de Dados:** Solicitar a eliminação de dados pessoais, quando não for mais necessário para a finalidade do tratamento.
- **Revogação do Consentimento:** Quando o tratamento for baseado no consentimento, o titular pode revogar esse consentimento a qualquer momento.
- **Portabilidade:** Solicitar a transferência de seus dados pessoais para outro fornecedor de serviço.

- **Oposição:** Solicitar a interrupção de um tratamento de dados quando ele for baseado no legítimo interesse e os direitos do titular prevalecerem.

As solicitações podem ser feitas diretamente ao Encarregado de Proteção de Dados (DPO), conforme as informações de contato abaixo.

10.6. Boas Práticas

Inclui mapeamento de processos, terceiros e sistemas, e matriz de riscos baseada em normas ISO/IEC 27000, 27700 e 31000.

10.7. Relatório de Impacto (RIPD)

Será elaborado quando houver riscos altos ou extremos (art. 32 e 37 da LGPD).

10.8. Compartilhamento de Dados

Ocorre somente quando necessário, com garantias contratuais e conforme a LGPD.

11. RETENÇÃO DE DADOS

Os dados pessoais coletados pelo IGEPPS serão armazenados apenas pelo tempo necessário para cumprir as finalidades para as quais foram tratados, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Após o cumprimento da finalidade, os dados pessoais serão descartados ou anonimizados, salvo em situações excepcionais previstas pela legislação.

O IGEPPS pode reter dados pessoais além do período necessário em casos de:

- Cumprimento de obrigações legais ou regulatórias;
- Realização de estudos ou pesquisas, sempre que possível com a anonimização dos dados;
- Transferência para terceiros, desde que os requisitos de proteção de dados sejam respeitados;
- Uso exclusivo pelo IGEPPS, quando os dados forem anonimizados e não acessíveis por terceiros.

Os dados serão descartados de acordo com os prazos legais e regulatórios aplicáveis, como definido em contratos ou regulamentos específicos. Os dados poderão ser anonimizados de acordo com a necessidade do IGEPPS e a eliminação dos dados será realizada de forma segura, garantindo a integridade e a proteção das informações.

Quando não houver previsão legal específica para a retenção de dados, o IGEPPS seguirá os princípios de razão e necessidade, conforme orientações do Encarregado de Proteção de Dados (DPO).

12. FORMA DE COLETA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Com base nos arts. 7º, 11 e 14 da LGPD, o IGEPPS coleta dados pessoais, inclusive sensíveis e de menores, para fins como:

- a) Gestão de benefícios previdenciários
- b) Controle interno e transparência
- c) Pagamento de benefícios
- d) Atendimento
- e) Gestão de servidores
- f) Funcionamento institucional

Formas de coleta: fornecimento direto, terceiros ou sistemas.

Bases legais:

- Cumprimento de obrigação legal
- Execução de políticas públicas
- Execução de contrato
- Exercício regular de direitos
- Consentimento
- Legítimo interesse

13. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Caso o IGEPPS realize a transferência de dados pessoais para fora do Brasil, garantimos que tal transferência será realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pela LGPD, como por meio de cláusulas contratuais específicas, ou para países que garantam níveis adequados de proteção de dados pessoais.

14. USO DE COOKIES E TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO

O IGEPPS utiliza cookies e tecnologias de rastreamento para melhorar a experiência do usuário em nossos sites e plataformas. Os cookies permitem armazenar informações sobre a navegação, como preferências de idioma e configurações

personalizadas. Para mais detalhes, consulte nossa Política de Cookies, que explica como os cookies são usados e como os usuários podem gerenciar suas preferências.

15. INCIDENTES DE SEGURANÇA

Em caso de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade dos dados pessoais, o IGEPPS tomará as medidas necessárias para mitigar os danos e notificará os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), quando aplicável, conforme exigido pelo Art. 48 da LGPD.

16. ALTERAÇÕES NESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

O IGEPPS se reserva o direito de alterar esta Política de Privacidade a qualquer momento, conforme necessário para atender a mudanças legais, operacionais ou de políticas internas. Quaisquer alterações serão comunicadas aos titulares dos dados de maneira clara e tempestiva. A versão atualizada estará disponível em nosso site.

17. SANÇÕES

Havendo violação à Política ou aos instrumentos correlatos, mesmo por omissão, serão aplicadas sanções conforme o grau da infração.

18. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Dúvidas ou solicitações devem ser direcionadas ao Encarregado de Dados pelo e-mail: dpo@igepps.pa.gov.br, Sr. César Augusto Cavalcante Valente.

19. CONTROLE DE REVISÕES

- **Versão 001 (12/05/2022)** – Emissão inicial – Argo Inteligência Digital
- **Versão 002 (09/2023)** – Atualização – Pironti Advogados e Consultores Associados
- **Versão 003 (05/2025)** – Atualização – LGPDNow



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2174887

Anexo/Sequencial: 5

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: CESAR AUGUSTO CAVALCANTE VALENTE, **CPF:** ***.488.702-**

Em: 04/02/2026 15:01:41

Aut. Assinatura: 5f3ff9617c0d59e55b5f736518c82d5119d4f51f87c333ae00e0510bdd55bf1b



Identificador de autenticação: 79f3b7aa-1841-4bcf-b2fd-482e120d402b

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>